

## **CORROSÃO E RESISTÊNCIA NO MOVIMENTO SINDICAL: O Caso dos Técnicos Administrativos do Ensino Superior**

**Emanuelle Araújo Martins Barros<sup>1</sup>  
Luciana Moreira Pires Flores<sup>2</sup>  
Rosângela Cardoso Amaral<sup>3</sup>**

**RESUMO:** Este estudo realiza uma breve discussão sobre o movimento sindical dos trabalhadores das universidades do estado da Bahia, o qual se constitui como um instrumento de extrema relevância para a construção da resistência e como uma força organizadora da classe trabalhadora contra as investidas do capital sobre o trabalho. Do ponto de vista metodológico, o texto realiza uma pesquisa bibliográfica e documental. As discussões que se seguem tratam do enfrentamento dessas vicissitudes, ao tempo que chamam a atenção para a atual configuração do movimento sindical, que, embora venha demonstrando certa resistência às investidas do capital, assume como característica preponderante uma prática moderada de organização, que implica a manutenção da ordem estabelecida.

**Palavras-chave:** Movimento Sindical; Resistência; Ensino Superior

**ABSTRACT:** This study presents a brief discussion on the trade union movement of university workers in the state of Bahia, which constitutes an instrument of utmost relevance for building resistance and serving as an organizing force of the working class against the incursions of capital into labor. From a methodological standpoint, the text employs bibliographic and documentary research. The following discussions address the confrontation of these vicissitudes, while drawing attention to the current configuration of the trade union movement, which, although showing some resistance to the advances of capital, predominantly adopts a moderate organizational practice that implies the maintenance of the established order.

**Keywords:** Trade Union Movement; Resistance; Higher Education

### **INTRODUÇÃO**

#### **A Trajetória Dos Sindicatos Das Universidades Estaduais Baianas<sup>i</sup>**

A história dos movimentos sindicais, sobretudo no Brasil, sempre foi atravessada pela dinâmica dos regimes políticos vigentes, tal como pela necessidade do capital em se manter em plena expansão. Não obstante a sua lógica totalizadora, o empreendimento capitalista perde

<sup>1</sup> Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* Vitória da Conquista, Bahia. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UESB). E-mail: emanuelleletras@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* Vitória da Conquista, Bahia. Analista Universitária da (UESB). E-mail: luciana.flores@uesb.edu.br

<sup>3</sup> Graduada em Geografia pela Universidade Estadual da Bahia (UESB), *campus* Vitória da Conquista, Bahia. Pós-graduada em Políticas Públicas pela Faculdade Cândido Mendes (UCAM). Analista Universitária da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: rosaamaral@uesb.edu.br

<sup>i</sup> Não foi encontrado material bibliográfico e documental que tratasse especificamente sobre a história de construção dos sindicatos das universidades estaduais baianas. Em razão disso, recorreremos às informações disponíveis nos *sites* dos sindicatos.

força sem que esteja respaldado pelo princípio democrático, ainda que este se apresente apenas como uma justificativa ilusória (Mészáros, 2011).

Inicialmente, o movimento sindical dos trabalhadores das universidades do estado da Bahia foi conduzido pela Associação dos Funcionários da UNEB (ASFUNEB), cujo papel, de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau do Estado da Bahia (SINTEST/BA, 2020), era de defender os direitos e os interesses dessa categoria de trabalhadores, entretanto, em função de alterações nas legislações, devido à afirmação do direito à sindicalização, foi necessário extinguir essa entidade para redefinição de sua estrutura.

Com a extinção da ASFUNEB, foi criado, em março de 1990, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau (SINTEST/BA), por meio do 1º congresso estadual da entidade. Segundo consta do boletim A voz do técnico, de setembro de 2020, na época dessa transição, o quadro de filiados era constituído por servidores de diversas universidades (CENTEC, UCSAL, UFBA, UESB, UESC, IFBA, UNEB e UEFS), cuja abrangência se estendia por diferentes municípios do estado da Bahia. Com isso, em 1990, surgiu uma nova estrutura, que passou a reunir as representações de cada uma das quatro universidades baianas.

Ainda naquele ano foi criada a Comissão Permanente de Pessoal Técnico Administrativo (CPPTA), por meio da lei nº 5.835/1990, cuja função é monitorar e oferecer assessoria às políticas de pessoal relacionadas aos técnicos administrativos. Essa instituição atua de forma deliberativa em ações que envolvam formulação de políticas, apreciação e acompanhamento dos processos de remoção, progressão e promoção na carreira, exoneração, licenças/afastamentos e insalubridade. Além disso, participa da apreciação do PDI, de programas de treinamento e de capacitação, de normas relativas a concursos e seleções, da atuação em Conselhos Superiores, de avaliação das condições de trabalho.

Os anos que sucederam à reorganização do SINTEST foram marcados pela intensificação das discussões alinhadas às pautas da FASUBRA (Federação Nacional dos Sindicatos dos Técnicos Administrativos), sobretudo em consequência da necessidade de criar um plano de carreira para a categoria. Essas pautas motivaram mobilizações e ocuparam espaço nas plenárias dessa entidade.

Segundo consta da página virtual do Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos da UESB (AFUS), foram feitos encaminhamentos pela Comissão Pró/AFUS, culminando na fundação da AFUS/AFUSC-SINDICATO, em 1997, que passou a representar a UESB e a UESC. Posteriormente, em 2001, ocorreu o desmembramento, o qual consumou a fundação da AFUSC, que representaria a UESC, e da AFUS, a UESB.

Atualmente, os sindicatos das universidades estaduais baianas são o SINTEST/UNEB, SINTEST/UEFS, AFUS/UESB e AFUSC/UESC. Todos eles compõem o Fórum dos Técnico-Administrativos das Universidades Estaduais Baianas, que foi criado, em 2017, com o objetivo de funcionar como uma entidade para promover a socialização das informações, bem como estabelecer o diálogo entre todas as quatro representações diante das demandas da categoria.

O Fórum dos Técnicos, portanto, é uma instância de caráter indicativo, e não deliberativo, que representa legitimamente os interesses da categoria. Assim, as discussões elaboradas no fórum são encaminhadas a cada uma das bases. Segundo regulamento do fórum, a sua coordenação tem mandato de um ano, em sistema de rodízio entre os sindicatos, e sua função é sistematizar reuniões, bem como preparar informes e os socializar para todas as representações. Os sindicatos têm atuado de forma insistente contra o processo de retirada de direitos trabalhistas, a exemplo das mobilizações e cobranças junto ao governo do estado para que as legislações referentes à promoção e à progressão na carreira sejam efetivamente cumpridas. Além disso, têm sido constantes as cobranças relativas à necessidade de autorização de abertura de concursos para recomposição dos quadros de servidores das universidades.

A atuação dos sindicatos foi decisiva para a aprovação da lei 14.098/2020, cujo objetivo foi legalizar a situação de descumprimento constitucional pelo governo do estado, em que servidores recebiam vencimentos abaixo do salário mínimo. Recentemente, diante do contexto de trabalho remoto, em decorrência da pandemia do covid-19, as ações do sindicato estiveram voltadas para o debate acerca da regulamentação dessa modalidade, enquanto duraram as restrições.

## RESULTADOS

### O arrefecimento da luta frente à ordem estabelecida

O padrão de acumulação flexível, propalado pelas reformas realizadas pelo Estado, promove a desregulamentação dos direitos trabalhistas, a fragmentação da classe trabalhadora, a precarização do trabalho, a ampliação da terceirização, bem como a conversão em um sindicalismo moderado, pois a sociedade do capital necessita cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversas formas de trabalho parcial ou part-time e terceirizado (Antunes, 2009, p. 119). Tal lógica promove a fragmentação da classe trabalhadora, que não consegue se mobilizar de modo a superar a hegemonia do capital.

Em face dessas transformações econômicas, sociais e políticas, os sindicatos também passaram por mudanças substanciais, tanto no que se refere às suas concepções ideológicas

quanto às suas práticas. Segundo Antunes e Silva (2015), nessa nova configuração dos sindicatos, as suas práticas de confronto “foram sendo substituídas por uma nova pragmática sindical predominantemente negocial, onde o confronto cedia espaço para as parcerias, negociações e incentivo aos pactos sindicais etc.” (p. 511). Assim, os sindicatos, em muitos momentos, passaram e ainda passam a atuar enquanto uma estrutura que favorece a reprodução capitalista, mediante o jogo político que se estrutura em torno das negociações.

Em razão da ampliação da terceirização, da privatização de estatais e do processo de financeirização da economia, impulsionados pela eleição de Collor de Melo, os sindicatos foram fortemente impactados, assim as negociações se tornaram a alternativa diante dessa conjuntura de fragmentação da classe trabalhadora. Para Antunes e Silva (2015 p. 511-512), o desdobramento desta mutação vem consolidando entre nós uma prática sindical que, para além de fetichizar a negociação, transforma os dirigentes em novos gestores que encontram na estrutura sindical mecanismos e espaços de realização.

O ambiente competitivo instigado pela perspectiva gerencialista desdobra-se no individualismo exacerbado, o que contribui para a pouca participação dos trabalhadores na dinâmica necessária de organização classista nos sindicatos. Em face disso, os movimentos sindicais têm atuado mais no sentido de barrar medidas que retiram direitos dos trabalhadores — mediante a interlocução com o governo — do que propriamente atuado na imposição de uma agenda que proponha a mudança da política econômica e a desconstrução dessa estrutura de exploração.

O sindicato passou a assumir o papel de interlocutor entre o poder institucionalizado e o proletariado, uma vez que, eventualmente, age como regulador dos conflitos. Essa postura fica evidenciada, por vezes, pela aproximação com partidos políticos, que converte as pautas em uma radicalidade seletiva, ou mesmo passiva, do movimento sindical.

O dinamismo e a capacidade de adaptação que caracterizam ou definem o capitalismo se mostram cada vez mais presentes na atualidade, pois, apesar das constantes crises enfrentadas pelo capital, testemunhamos ainda a sua hegemonia. Mészáros (2011) afirma que o capital se sobrepõe ao individual/pessoal por meio de um mecanismo de extração do trabalho excedente que se opõe a práticas escravagistas e de servidão, pois ele não se sustenta em uma dominação forçada, mas que compensa, por meio de salários, o indivíduo que vende a sua força de trabalho. Tal característica torna esse sistema aceitável, uma vez que oferece a possibilidade de superação desses antagonismos.

O capital suprime os direitos da classe trabalhadora e apresenta o trabalho como antagonista do capital. De acordo com Santos (2016), no Brasil, do século XXI, ocorreram diferentes transformações políticas e econômicas que possibilitaram a ascensão de novos grupos no

poder, a exemplo da gestão do Partido dos Trabalhadores. Entretanto, segundo a autora, apesar dessa prerrogativa, houve um apaziguamento da luta de classes, pois, com a implementação de algumas políticas sociais, estabeleceu-se uma sensação de bem-estar social que aquietou o conflito.

Com essa tática, “mantêm-se o clima de consentimento necessário à perpetuação da nova sociabilidade de caráter liberal-social, tudo dentro da ordem” (Santos, 2016, p. 29). Apesar de os movimentos sindicais, em sua grande maioria, posicionarem-se ideologicamente como progressistas, esses acabam por negociar com o capital para que se estabeleçam a conciliação e as alianças pluriclassistas. Assim, a construção da ofensiva neoliberal sobre o Estado de Bem-Estar Social tem trabalhado intensamente para abafar as forças progressistas e pautar o debate centrado no desenvolvimento de mercado e manutenção de um status quo que mantém a elite em seu patamar hegemônico e a classe trabalhadora submetida a um mecanismo totalizador de controle sociometabólico do capital que opera em função da desigualdade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, vê-se que a manutenção das discrepâncias sociais e da fragmentação das classes sociais é uma engrenagem necessária à expansão e acumulação do capital. Assim, a relação inconciliável entre o trabalho e o capital se mantém, uma vez que o modo de controle sociometabólico não admite compartilhamento de poder (Mészáros, 2011). O trabalho só poderá obter um dado controle se conseguir uma dominação da esfera política. Em vista disso, somente o movimento unificado de resistência que conteste o poder hegemônico do capital será capaz de promover a superação dos antagonismos sociais.

É crescente a propagação do discurso de que os movimentos sociais são promotores da desordem civil — em determinados momentos, esses movimentos são taxados, até mesmo, de terroristas. Com isso, o projeto neoliberal desferiu mais um golpe por meio da reforma trabalhista, que, ao retirar direitos, acaba por enfraquecer a organização classista e impede que haja um alinhamento mais consolidado desses movimentos.

A ordem estabelecida do capital propala significados sociais que legitimam o discurso da necessidade das reformas para equilibrar o Estado. Na atualidade, esse discurso tem impactado de modo a retirar os direitos dos trabalhadores e feito a sociedade acreditar que o trabalho estável, independentemente da função ou instituição, é sinônimo de privilégio. Essa ambiência contribui para que se construa um contexto favorável às reformas e, praticamente, obriga o movimento sindical a adotar como mecanismo para pleitear políticas o consenso, dado que não

há um apelo conjunto da sociedade para requerer a efetivação de direitos garantidos em nossa Constituição.

## REFERÊNCIAS

MÉSZÁROS, Istvan. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

SINTEST/UEFS, *Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau do Estado da Bahia da UEFS*. Notícias das negociações: aprovado projeto de lei nº 23.349/2019. Página virtual do SINTEST/UEFS, 2019. Disponível em: <http://sintestuefs.com.br/2019/06/05/noticias-das-negociacoes-aprovado-projeto-de-lei-no-23-349-2019/>. Acesso em: jan. 2021.

BAHIA. *Lei 5.835/1990 (Estadual)*. Estrutura de vencimentos e salários dos cargos e empregos classificados no Plano de Cargos, Vencimentos e Salários dos Servidores Técnico-administrativo das Instituições de Ensino Superior da Bahia – IESBA. Diário Oficial do Estado. Salvador, 1990. Disponível em: <https://governoba.jusbrasil.com.br/legislacao/85728/lei-5835-90>. Acesso em: dez. 2020.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. Boitempo Editorial, 2009.

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair Batista da. Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. *Caderno CRH*, v. 28, n. 75, p. 511-527, 2015.